

Estatal readmitirá servidor punido

Funcionário grevista que perdeu emprego também volta à repartição

No final da tarde de ontem, depois de rejeitar 10 emendas que buscavam ampliar os benefícios previstos no substitutivo do Centrão aos brasileiros cassados e aos já anistiados, o plenário da Constituinte aprovou com apoio de todas as lideranças partidárias um dispositivo que proporcionará a readmissão de servidores públicos da administração direta e indireta. A proposta, aprovada por 406 votos contra oito e nove abstenções, não inclui os servidores dos ministérios militares. Beneficiária principalmente lideranças sindicais punidas ou demitidas por motivos políticos e em decorrência da aplicação do Decreto-lei nº 1632/78, que proíbe a greve em serviços essenciais.

Em nome da "pacificação social", a fusão de emendas não contou com encaminhamento contrário e recebeu o apoio do senador Jarbas Passarinho (PDS/PA), que subiu à tribuna para pedir a sua aprovação, como forma de possibilitar o restabelecimento "destes rapazes e moças e não deixá-los à margem do processo de democratização", ressaltou. O senador, coronel da reserva, que já havia se pronunciado contra uma proposta de anistia aos servidores militares cassados por atos administrativos, reconheceu a injustiça do Decreto-lei nº 1632. Ele lembrou que já combateu esta legislação quando ministro da Previdência, no Governo Figueiredo, preferindo a negociação com os grevistas. Resaltou que "ou a lei vale para todos ou para ninguém", ao recordar que as medidas punitivas, com base neste decreto, só foram aplicadas na nova República.

Ao encaminhar favoravelmente a emenda, o deputado Michel Temes (PMDB/SP) destacou outro ponto da proposta que chamou mais alguns votos à aprovação. O dispositivo será aplicado com base no § 1º do artigo da anistia, que prevê que a medida gerará efeitos financeiros somente a partir da promulgação da Constituição, ficando vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo. "Não vai custar nada ao Governo", disse. Para ele, a nova Carta resultará de um "ajuste social" e o instante é

de pacificação, de coordenação das diferentes tendências políticas, "para evitar que o novo Estado surja com uma área de litígio".

Foi a alteração da proposta original, que previa a "reintegração" dos punidos ou demitidos, o que favoreceu sua aprovação. O próprio deputado Luiz Sover (PMDB/GO), que subiu à tribuna para falar contra a emenda, mudou ali mesmo seu parecer ao reconhecer que a expressão "readmissão" mudava substancialmente o mérito da proposição. O relator Bernardo Cabral deu à matéria o primeiro parecer favorável da tarde e destacou a "violência" do Decreto-lei nº 1632.

Ao longo dos encaminhamentos, o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), que acabou votando a favor da emenda, puxou o Regimento Interno da Constituinte para reclamar de "mudanças no texto no curso da votação". Ele se referia à substituição de "reintegração" por "readmissão". O presidente Ulysses Guimarães tranquilizou o deputado assegurando que foi sua "dicção de paulista" que não permitiu o bom entendimento da leitura.

Outra reclamação foi feita pelo deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB/RS), que deliberadamente não votou. Ele considerou o dispositivo como "uma das coisas mais loucas que a Constituinte aprovou". Para ele, depois que "se brigou tanto para não haver direito irrestrito de greve aos funcionários públicos, agora se anistia quem foi punido porque fez greve, desobedecendo a lei". Na sua visão, o senador Jarbas Passarinho encaminhou a favor por equívoco "e as lideranças do Governo, do PFL, foram demagógicas".

A aprovação da emenda coroou uma luta iniciada com a demissão dos primeiros servidores públicos em 1979. Assinada pelos deputados Hélio Duque (PMDB/PR), João Paulo (PT/MG) e Carlos Cardinal (PDT/RS), a fusão atende à reivindicação das lideranças sindicais que empreenderam um grande trabalho de convencimento dentro da Constituinte, incluindo até um contato com o senador Passarinho.

Anistia deslança votação

Depois de se arrastar na questão da anistia durante três horas, a Constituinte passou a votar a jato. Em menos de uma hora o plenário decidiu toda a matéria relativa à elaboração das Constituições Estaduais, à instalação do Superior Tribunal de Justiça e da Advocacia Geral da União e à situação do Ministério Público Federal, da Procuradoria Geral da Fazenda e das consultorias jurídicas dos ministérios e autarquias enquanto não forem aprovadas as leis complementares do Ministério Público e da Procuradoria Geral da União.

O plenário também aprovou a criação de cinco Tribunais Regionais Federais que deverão ser instalados dentro de seis meses a partir da promulgação da nova

Constituição. A jurisdição e sede destes tribunais serão determinadas pelo Tribunal Federal de Recursos, de acordo com o número de processos e sua localização geográfica.

Logo após a aprovação da emenda da anistia, o quorum começou a baixar consideravelmente e a grande preocupação do presidente Ulysses Guimarães foi então a de tentar segurar os constituintes ao tempo suficiente para votar todas as fusões em pauta. Os constituintes ficaram, e a última votação registrou ainda a presença de 283 parlamentares. Como não havia acordo sobre toda a matéria relativa ao Ministério Público, o presidente foi obrigado a encerrar a sessão às 19h50m.

Orçamento da União

LUÍZ ADOLFO PINHEIRO

Depois de sua Constituição, a Lei do Orçamento, a chamada Lei de Meios, é a mais importante de uma nação. Tudo no país depende, quase que inteiramente, de recursos orçamentários: dizem os ingleses que o Orçamento público é o sustentáculo do regime e a vida das instituições. Nos países democráticos, o Projeto de Lei Orçamentário — ou suas peças principais — é organizado pelo Poder Executivo e encaminhado ao Congresso Nacional, que o estuda e dá parecer sobre seus anexos e adendos, acolhendo ou rejeitando emendas nos termos regimentais.

Nos Estados Unidos, no Japão, na Itália, na Inglaterra, na Alemanha e na França, o sistema é bastante parecido com o nosso: o Congresso (ou Parlamento) nomeia uma Comissão composta de especialistas, que sob o comando de um presidente, competente e superiormente classificado no assunto, com um currículo à altura da função e mais de 5 mandatos legislativos, organiza o Orçamento público, discute, vota e aprova, peça por peça, encaminhando-o ao Plenário do Congresso para homologação. Há países onde basta a decisão da Comissão para a aprovação do Orçamento. Nos Estados Unidos, o deputado que preside a Comissão só deixa o cargo por morte, se não se re-

leger (o que nunca aconteceu) ou se for flagrado namorando com a secretária. Mesmo assim, o último presidente passou 43 anos no cargo.

No Brasil, essa Comissão é comandada há muitos anos pelo deputado João Alves (Bahia), economista de 1942, administrador e técnico em Orçamentos públicos. Quando ele não é presidente da Comissão, é seu coordenador. Vai completar 28 anos sucessivos de mandato parlamentar federal. Não há quem se disponha a acusar João Alves de qualquer ato menos digno. Ao contrário, consideram-no uma figura respeitável do Congresso Nacional, cuja preocupação é aprovar um Orçamento correto e à altura dos interesses do País. E muitos parlamentares dizem ser ele competente e insubstituível no Orçamento.

Agora está a liderança do PMDB querendo substituí-lo no cargo. Quem será a sumidade que irá ocupá-lo? Como tirar o Orçamento de mãos seguras e competentes para entregá-lo a outro deputado, por motivos partidários? Isso não tem sentido porque João Alves, ao assumir a presidência da Comissão, perde sua condição partidária para trabalhar com todos, respeitosamente, como se pertencesse a todos os partidos, não fazendo distinção entre eles. Mudar, então, para quê?

GIVALDO BARBOSA



Nas galerias, abraços, choro e grito dos demitidos das estatais, satisfeitos com a reintegração

Na comemoração, choro e aplauso a quem votou

O choro foi tanto que muitos não conseguiram falar. A emoção tomou conta das galerias do plenário da Câmara, ontem à noite, quando o painel registrou a vitória da emenda que concede anistia aos trabalhadores demitidos das estatais e do serviço público, desde 1979, por motivos políticos ou participação em movimentos grevistas.

O número de beneficiados ninguém soube informar com precisão, embora algumas fontes estimem por alto em 10 mil. Só na Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) são 265, e na Companhia Vale do Rio Doce, 135.

— Ganhamos! Ganhamos! Foram 406 votos a favor e só oito contrários. Avisa a minha mulher. Liga para todo mundo. Temos que comemorar! Era uma ligação interurbana para a Bahia, feita aos gritos, na sala da 3ª Secretaria

de mais de três meses de serviço de QG à Coordenação Nacional da Campanha pela Anistia com Reintegração aos Demitidos das Estatais. Na sala anterior, choro, palmas, gritos de vitória e até um "parabéns pra você" se musturavam.

RETORNO

José Alvaro Nogueira de Sá, com os olhos vermelhos de chorar, disse que já trabalhava há 25 anos da Cosipa, onde até foi eleito Operário Padrão, em 1980, e demitido em dezembro do ano passado, "não pelo fato de participar de greves, mas porque escolheram alguns, aleatoriamente, para dar exemplo aos que ousavam lutar pelos seus direitos, por melhores salários e principalmente por denunciarem as deficiências da empresa". Para ele, que é casado e tem dois filhos, o

mais importante é voltar a trabalhar.

"Eu tenho orgulho de ter participado desta luta", afirmou José Eduardo Lirio, um dos líderes do movimento. Na sua avaliação, ainda sob o calor das comemorações, a vitória da emenda extrapolou tudo o que se podia pensar: "A proposta conseguiu sensibilizar os constituintes. Eles entenderam que pediamos apenas um direito fundamental do ser humano — o direito ao trabalho. Temos que vir aqui amanhã para agradecer a todos, inclusive ao senador Jarbas Passarinho".

DEFICIÊNCIA

Ele também confirmou denúncias, de outros companheiros, de que muitos dos trabalhadores não foram demitidos por motivos políticos ou participação em greves, mas por denun-

ciar irregularidades e deficiências nas empresas. "Queremos que essas empresas sejam eficientes e democratizadas. E essa vitória nos dá confiança de que nossa luta, a partir de agora, será respeitada, pois entendemos que não vamos ser punidos por isso". Lirio foi demitido da Embratel do Rio de Janeiro, no final de 87.

Entre fotos e cânticos de vitória, um grupo de trabalhadores das estatais retirou o gigantesco painel verde colocado há vários dias na rampa que liga internamente o anexo II da Câmara ao edifício central, levando-o para a sala do comando nacional do movimento. E, para encerrar as comemorações, formaram um corredor polonês à saída do Plenário, onde não faltaram aplausos aos constituintes que votaram pela aprovação da emenda.

Beneficiários chegam a 10 mil

Cerca de 10 mil pessoas poderão ser beneficiadas pela anistia concedida ontem pela Constituinte aos servidores públicos demitidos ou punidos por questões políticas ou participação em movimentos reivindicatórios. Embora o benefício só entre em vigor após a promulgação da nova Constituição, possivelmente em setembro, o movimento da categoria, que demonstrou muita competência e maturidade na luta pela aprovação da medida, não será desativado, a fim de que as empresas do Governo apliquem imediatamente a anistia.

A coordenação nacional dos servidores públicos e trabalhadores das estatais ainda não tem o levantamento completo da situação, e até evita arriscar palpites quanto ao total de

punidos desde 1979, pois muitos tiveram suas punições revistas, outros fizeram novo concurso e retornaram, ou desistiram, por motivos diversos, de voltar ao serviço público. Mas já se sabe, por exemplo, que a Empresa de Correio e Telégrafos terá que readmitir o maior número de servidores — mas de cinco mil.

DESTAQUES

Paradoxalmente, nos três anos da Nova República, o número de demitidos e punidos por motivo político ou por reivindicação trabalhista é muito maior do que os oito anos anteriores de ditadura militar. Só na última greve de servidores, nos dias 3 e 4 de maio, de advertência contra o congelamento da URJ, foram demitidas 700 pessoas, fora centenas de punições, en-

quanto outros processos administrativos estão em andamento.

Nessa greve, a Cosipa demitiu 265 servidores, seguida da Vale do Rio Doce, com 135; da Petrobrás, com pouco mais de 100; da Nuclebrás, Embratel, Banco Central, IBGE, da Petrobrás e das empresas do Grupo Siderbrás, com números variando entre 50 e 100 demissões. As empresas de processamento de dados do Governo também promoveram demissões. Por categoria, uma das mais atingidas nos últimos três anos é a dos telefônicos, com 500 demissões.

O CUSTO

A União tem cerca de 1,8 milhão de servidores ativos nas administrações direta, indireta e autarquias, in-

cluindo as empresas estatais. A reincorporação desses 10 mil anistiados, caso sejam tantos, representará um acréscimo inferior a 0,5 por cento na folha de pagamentos.

A conquista da anistia é o coroamento de um trabalho exaustivo e extremamente bem articulado dos servidores públicos e trabalhadores das estatais, desde a pressão sobre os constituintes, em cada base, até o eficiente lobby montado em Brasília há dois meses, funcionando na 2ª Secretaria da Constituinte, também conhecida como Plenarinho. Nessa campanha, CUT e CGT andaram juntas a cada passo, relegaram as divergências, e até tiveram um comportamento fraternal nos momentos mais delicados.

Anistia não amplia vantagem a militar

O plenário da Constituinte encerrou ontem a votação dos dispositivos que definiram a questão da anistia nas disposições transitórias, negando a possibilidade de qualquer remuneração em caráter retroativo.

O maior avanço do texto foi fixado pela fusão de emendas que anistia os servidores públicos da administração direta e indireta, exceto dos ministérios militares, punidos por motivos políticos ou pelo Decreto-Lei nº 1632/78, que proíbe a greve em serviços essenciais. Toda a discussão em torno da questão da anistia se encerrou com a votação deste dispositivo, quando um abraço entre o senador Jarbas Passarinho (PDS/PA) e o deputado Paulo Ramos (sem partido/RJ) deu fim ao clima de constrangimento gerado na véspera e alimentado na sessão de ontem.

Ramos tentou sensibilizar o plenário na sessão de terça-feira alertando que o instituto da anistia era o responsável pela convívio democrático, na Constituinte, "de torturados e torturadores". Passarinho, coronel da reserva, 29 anos na ativa, alertando que não estava "vestindo a carapuça", respondeu ontem as colocações do deputado.

ainda de quantos serão os beneficiados, mas todos os efeitos financeiros do texto só serão aplicados com a promulgação da Constituição, sem qualquer remuneração em caráter retroativo.

GIVALDO BARBOSA



No plenário, os parlamentares aplaudem as galerias, ao tomar conhecimento do resultado da votação